

**STRONG ESAGS ESCOLA SUPERIOR DE  
ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO**

Marcelo Felipe dos Santos Araujo  
Nicolle De Marche

**ESTUDO CRÍTICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA  
RIQUEZA GERADA PELAS EMPRESAS DO SETOR  
DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

Santo André  
2016

Marcelo Felipe dos Santos Araujo  
Nicolle De Marche

**ESTUDO CRÍTICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA  
RIQUEZA GERADA PELAS EMPRESAS DO SETOR  
DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis, à Escola Superior  
de Administração e Gestão – STRONG  
ESAGS.

Orientador: Alexandre Dias da Costa

Santo André  
2016

Marcelo Felipe dos Santos Araujo  
Nicolle De Marche

# **ESTUDO CRÍTICO SOBRE A DISTRIBUIÇÃO DA RIQUEZA GERADA PELAS EMPRESAS DO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como exigência para a  
obtenção do grau de Bacharel em  
Ciências Contábeis, à Escola Superior  
de Administração e Gestão – STRONG  
ESAGS.

Aprovado em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

BANCA EXAMINADORA

---

---

---

## **DEDICATÓRIA**

Dedicamos esse trabalho a Deus e a nossos pais, amigos e familiares que nos incentivaram em todos os momentos desse trajeto.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradecemos a todos os nossos professores que compartilharam conosco o seu precioso saber.

Ao orientador Alexandre da Costa, que disponibilizou seu tempo e sua experiência, para nos aconselhar na elaboração deste trabalho.

Em tudo dai graças a Deus.

## EPÍGRAFE

“Investir em conhecimento rende  
sempre os melhores juros.”

(Benjamim Franklin)

## **RESUMO**

A Demonstração do Valor Adicionado é atualmente uma das mais importantes demonstrações para apresentar a geração e distribuição da riqueza gerada pelas organizações.

O presente trabalho foi elaborado com o intuito de identificar como ocorre a distribuição de riqueza no setor de telecomunicações brasileiro.

Foram realizadas pesquisas de levantamento da Demonstração do Valor Adicionado das empresas Telefônica Brasil S.A. (VIVO), Oi S.A. e TIM Participações S.A., as quais possuem capital aberto e tem suas demonstrações divulgadas na BM&FBOVESPA, para assim analisar e identificar qual parcela da sociedade o setor de telecomunicações distribui a maior parte de sua riqueza.

Constatou-se por meio das empresas analisadas que a distribuição do valor adicionado do setor de telecomunicações se dá principalmente para o Governo, com o maior percentual, chegando em média a 55% da riqueza distribuída.

**Palavras-chave:** Demonstração do Valor Adicionado, DVA, Distribuição da Riqueza, Telecomunicações.

## **ABSTRACT**

The Demonstration of Value Added is currently one of the most important demonstrations to present the generation and distribution of wealth generated by organizations.

The present work was elaborated with the purpose of identifying how wealth distribution occurs in the Brazilian telecommunications sector.

Research was conducted to survey the Value Added Statement of the companies Telefônica Brazil SA (VIVO), Oi SA and TIM Participations SA, which are publicly held and have their statements disclosed at BM & FBOVESPA, in order to analyze and identify which part of the company the sector Distributes most of its wealth.

It was verified through the analyzed companies that the distribution of the added value of the telecommunications sector occurs mainly to the Government, with the highest percentage, reaching on average 55% of the distributed wealth.

**Keywords:** Demonstration of Value Added, DVA, Wealth Distribution, Telecommunications.

## SUMÁRIO

RESUMO .....	7
ABSTRACT .....	8
1 INTRODUÇÃO .....	11
1.1 OBJETIVOS .....	12
1.1.1 OBJETIVO GERAL .....	12
1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	12
1.2 JUSTIFICATIVA .....	13
2 REFERENCIAL TEÓRICO .....	13
2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO .....	13
2.1.1 OBRIGATORIEDADE .....	15
2.1.2 USUÁRIOS .....	16
2.1.3 ESTRUTURA .....	17
2.2 TELECOMUNICAÇÕES .....	22
3 METODOLOGIA .....	24
4 ANÁLISE DE RESULTADOS .....	26
5 CONCLUSÃO .....	38
6 ANEXOS .....	39
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	39

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – DVA – Demonstração da Formação da Riqueza .....	17
Tabela 2 – DVA – Demonstração da Distribuição da Riqueza .....	18
Tabela 3 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado de – Telefônica .....	<b>Erro!</b>
<b>Indicador não definido.</b>	
Tabela 4 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado – OI.....	28
Tabela 5 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado – TIM .....	30
Tabela 6 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado – Telefônica, OI e TIM .....	37

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Demonstração do Valor Adicionado da VIVO – 2013.....	27
Gráfico 2 – Distribuição do Valor Adicionado por Exercício - VIVO .....	27
Gráfico 3 – Demonstração do Valor Adicionado da OI – 2013 .....	29
Gráfico 4 – Distribuição do Valor Adicionado por Exercício - OI.....	29
Gráfico 5 – Demonstração do Valor Adicionado da TIM – 2013.....	31
Gráfico 6 – Distribuição do Valor Adicionado por Exercício - TIM .....	32
Gráfico 7 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Pessoal.....	33
Gráfico 8 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Impostos.....	34
Gráfico 9 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Capital de Terceiros.....	35
Gráfico 10 – Distribuição para o Capital Próprio X Distribuição Total - VIVO, OI E TIM ...	<b>Erro!</b>
<b>Indicador não definido.</b>	
Gráfico 11 – Comparativo da Média de Distribuição para Impostos .....	<b>Erro! Indicador não definido.</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O setor de telecomunicações atualmente possui 3 principais empresas de capital aberto do ramo, sendo elas a Telefônica Brasil S.A. (VIVO), Oi S.A. e TIM Participações S.A.

A maior delas, A Telefônica Brasil S.A. (VIVO) é uma sociedade por ações de capital aberto, tendo como objeto social a exploração de serviços de telecomunicações e o desenvolvimento das atividades necessárias ou úteis à execução desses serviços, na conformidade das concessões, autorizações e permissões que lhes forem outorgadas, seu maior desafio em 1998 ano de sua fundação, era reduzir o custo de telecomunicações fixa para a população. Uma das melhorias daquela época foi diminuir o tempo para instalação de uma linha fixa de anos para dias, o mesmo aconteceu para o custo, caindo de aproximadamente R\$ 1200,00 para R\$ 120,00. Após longos anos de transformação com inúmeros desafios competitivos como a mudança societária, a empresa é hoje a maior do setor, com a maior receita e o maior lucro, e com quase 100 milhões de clientes em 3.800 cidades do país.

A Oi S.A. atua em todo território nacional e oferece uma variedade de produtos de telecomunicações integrados que incluem telefonia fixa e móvel, uso de redes, transmissão de dados através do 4g e da banda larga, a cobertura móvel abrange aproximadamente 88,5% da população brasileira. Considerada uma das maiores operadoras do mundo, e que já foi a quarta maior do país, também teve sua origem a partir da privatização da Telebrás, em 1998, anteriormente denominada como Telemar Norte, nesta época chegou a atender 64% do país depois de juntar suas operações com mais de 15 empresas de telecomunicações. A companhia vale hoje cerca de 1 bilhão de reais, 90% menos do que em seu auge em 2012, e enfrenta uma recuperação judicial devido a uma dívida acumulada de 65,4 bilhões.

E a TIM Participações S.A., empresa que controla diretamente a TIM Celular S.A. e Intelig Telecomunicações Ltda, uma das maiores operadoras de tecnologia 3G e 4G, foi fundada em 1995 na Itália, a mesma faz parte do grupo Telecom Itália e iniciou suas operações no Brasil também em 1998. Com o desafio de restabelecer valor da marca e destaque na categoria, tornou-se pioneira no lançamento do celular

pré-pago e serviços de multimídia. A TIM encerrou 2015 com 13.062 funcionários em todo Brasil, utilizando isto como estratégia para o desenvolvimento do negócio.

O mercado de telecomunicações vem sofrendo muitas mudanças e as empresas constantemente estão agindo buscando inovação, reciclagem e estratégias de mercado.

Para identificar os motivos de aumentos e declínios no setor, podemos utilizar uma ferramenta muito importante que é a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), ela fornecerá informações referente a geração de valor e distribuição dos resultados ao decorrer dos períodos.

Com este trabalho busca-se compreender a distribuição da riqueza gerada pelas empresas do setor de telecomunicações, tendo como pergunta norteadora, “Para qual parcela da sociedade o setor de telecomunicações distribui a maior parte de sua riqueza? ”

O presente artigo apresenta-se dividido em cinco seções: a introdução, sendo apresentada posteriormente o referencial teórico. Na sequência, é apresentada a metodologia de pesquisa utilizada, para posteriormente ser realizada a análise dos resultados encontrados. Finalizando o trabalho com a apresentação das conclusões sobre o mesmo.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 OBJETIVO GERAL**

Este artigo tem como objetivo identificar como é realizada a distribuição da riqueza gerada pelas empresas do setor de telecomunicações no Brasil utilizando o relatório Demonstração do Valor Adicionado.

### **1.1.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Os objetivos específicos são, primeiramente comparar as DVAs das empresas VIVO, TIM e OI, posteriormente identificar o que cada empresa gera de riqueza e por último demonstrar em cada empresa a distribuição da riqueza gerada.

## **1.2 JUSTIFICATIVA**

Este estudo é importante para que se possa entender melhor de que forma se dá a geração de valor e sua distribuição nas empresas do setor de telecomunicações do Brasil, e ressaltar a relevância da demonstração do valor adicionado. Proporcionando entendimento da situação destas empresas para os seus usuários (clientes, fornecedores, acionistas, investidores, governo e a sociedade em geral), tornando-se assim um assunto relevante também para contribuir com produções acadêmicas, servindo como fonte de pesquisa para futuros trabalhos e para os usuários da informação contábil.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

Para identificar a distribuição dos lucros escolhemos o relatório contábil chamado de Demonstração do Valor Adicionado. A DVA tornou-se conhecida no final dos anos 70 em vários países europeus, dessa forma alcançou a popularidade no Reino Unido, a partir da publicação do Corporate Report, em 1975, pelo Accounting Standards Steering Committee, o qual atualmente chama-se Accounting Standards Committee. Essa publicação, entre outras coisas, era recomendada por que evidenciava os esforços das empresas entre empregados, provedores de capital (terceiros e próprios), governo e investidores. (Burchell, Clubb, & Hopwood, 1985; Riahi-Belkaoui, 1992). Como essa recomendação de elaboração do demonstrativo foi bem aceita pelas entidades, então o Legislativo do Reino Unido colocou a DVA dentro do relatório The Future Of Company Reports, de 1977, e hoje ela encontra-se junto com as demais Demonstrações Contábeis.

Com a finalidade de identificar, divulgar a riqueza gerada pelas organizações e como se deu sua distribuição, utilizando de todos os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, como empregados, financiadores, acionistas e governos, além da parcela não distribuída, foi criada a Demonstração do Valor Adicionado - DVA, a partir da aprovação da Lei nº 11.638/07, que alterou a Lei 6.404/76. A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) sempre incentivou a sua elaboração e divulgação desde 1992.

Devido às mudanças da alteração da Lei 6.404/76 para 11.638/07 as demonstrações contábeis brasileiras passaram a se aproximar das demonstrações contábeis internacionais.

De acordo com o Manual da Contabilidade (2013), DVA tem como principal objetivo o seguinte:

“A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem como objetivo demonstrar o valor da riqueza econômica gerada pelas atividades da empresa e como resultante de um esforço coletivo e sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a sua criação”.

Para orientar na elaboração da DVA o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) criou procedimentos para evidenciação das informações que devem estar contidas na demonstração, conhecido como NBC TG 09 (Norma Brasileira de Contabilidade), aprovado pela Resolução CFC n.º 1.138/08 e alterado pela Resolução CFC n.º 1.162/09.

Além do CFC, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis também em função da DVA emitiu o pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, este Pronunciamento Técnico conceitua valor adicionado como:

“a riqueza criada pela empresa, de forma geral, medida pela diferença entre o valor das vendas e os insumos adquiridos de terceiros. Inclui também o valor adicionado recebido em transferência, ou seja, produzidos por terceiros e transferidos à entidade.”

Segundo Almeida (2013), a demonstração do valor adicionado trata de forma mais efetiva e prática dos dados, inclusive das informações contidas na demonstração do resultado do exercício.

Para Marion (2012), a DVA mostra “a riqueza criada pela empresa (o PIB da empresa) e como essa riqueza é distribuída, ou transferida”.

A maioria das origens das informações desse relatório são oriundas da Demonstração do Resultado do Exercício. A DVA tem um objetivo complementar a DRE. A DRE visa destacar o lucro líquido da entidade, por sua vez a DVA tem como objetivo apresentar a riqueza gerada pela empresa e desmembrar sua distribuição aos elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, dessa forma, o lucro líquido corresponde ao valor da riqueza criada e destinada a cada um dos elementos detentores do capital.

A Demonstração do Valor Adicionado é de extrema importância, por meio dela, em termos gerenciais e econômicos, podemos identificar e avaliar quanto a atividade da empresa gera de recursos para a economia e para quem ela os distribui, ou seja, o quanto a organização contribui para o crescimento e desenvolvimento social e econômico.

Contribuição para o desenvolvimento social porque distribui a riqueza gerada e desenvolvimento econômico porque gera uma parcela que compõe o PIB do país.

Tinoco (1993), afirma que, esta Demonstração do Valor Adicionado na Lei das S/A, pode trazer uma melhor consistência nas informações sobre a sociedade, sobre o meio ambiente e outras referente à vida das empresas.

### **2.1.1 OBRIGATORIEDADE**

A Demonstração do valor Adicionado passou a ser obrigatória no Brasil após a aprovação da Lei nº 11.638/07, sendo obrigatória apenas para as empresas constituídas como sociedade anônima de capital aberto, ou seja, as empresas que são negociadas na Bolsa de Valores, porém, algumas empresas não enquadradas na obrigatoriedade divulgavam a DVA voluntariamente, para utilizar o demonstrativo como indicador de desempenho financeiro.

No Art.176 da Lei nº 11.638/07 está estabelecido que:

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado.

Art. 188. As demonstrações referidas nos incisos IV e V do caput do art. 176 desta Lei indicarão, no mínimo:

II – demonstração do valor adicionado – o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.”

A Lei nº 11.638/07 efetuou várias alterações para adequar o mercado brasileiro as normas internacionais de contabilidade, juntamente com as demais demonstrações contábeis ela deve ser apresentada ao final de cada exercício do ano social.

### **2.1.2 USUÁRIOS**

A DVA pode oferecer diversos indicadores e muitas informações para servir de base em análises.

De acordo com o CPC - 09:

“Para os investidores e outros usuários, essa demonstração proporciona o conhecimento de informações de natureza econômica e social e oferece a possibilidade de melhor avaliação das atividades da entidade dentro da sociedade na qual está inserida. A decisão de recebimento por uma comunidade (Município, Estado e a própria Federação) de investimento pode ter nessa demonstração um instrumento de extrema utilidade e com informações que, por exemplo, a demonstração de resultados por si só não é capaz de oferecer”.

O objetivo da DVA para os usuários das demonstrações contábeis é disponibilizar as informações relativas a geração da riqueza e sua distribuição, tanto para investidores quanto para usuários, essa demonstração destaca de forma simples informações de natureza econômica e social, oferecendo um indicador que avalia a entidade no contexto que abrange toda sociedade.

Estas informações de natureza econômica e social produzidas pela DVA, possibilita que os investidores consigam verificar os resultados da organização de maneira ampla, auxiliando-os nas decisões de investimentos futuros.

### **2.1.3 ESTRUTURA**

A primeira parte da DVA apresenta detalhadamente a formação da riqueza criada pela empresa. As informações devem ser extraídas da contabilidade com base no princípio de competência.

Abaixo é apresentado o modelo Geral da DVA de acordo com o CPC 09:

**Tabela 1 – DVA – Demonstração da Formação da Riqueza**

<b>DESCRIÇÃO</b>
<b>1 – RECEITAS</b>
<b>1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços</b>
<b>1.2) Outras receitas</b>
<b>1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios</b>
<b>1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)</b>
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> <b>(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>
<b>2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos</b>
<b>2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros</b>

<b>2.3) Perda / Recuperação de valores ativos</b>
<b>2.4) Outras (especificar)</b>
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>
<b>6.1) Resultado de equivalência patrimonial</b>
<b>6.2) Receitas financeiras</b>
<b>6.3) Outras</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>

Fonte: CPC 09 – Modelo 1 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

Já a segunda parte da DVA trata-se da apresentação, também detalhada, de como a riqueza criada pela empresa foi distribuída. Este trabalho tem como ênfase analisar a segunda parte da DVA.

**Tabela 2 – DVA – Demonstração da Distribuição da Riqueza**

<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (*)</b>
<b>8.1) Pessoal</b>
<b>8.1.1 – Remuneração direta</b>
<b>8.1.2 – Benefícios</b>

<b>8.1.3 – F.G.T.S</b>
<b>8.2) Impostos, taxas e contribuições</b>
<b>8.2.1 – Federais</b>
<b>8.2.2 – Estaduais</b>
<b>8.2.3 – Municipais</b>
<b>8.3) Remuneração de capitais de terceiros</b>
<b>8.3.1 – Juros</b>
<b>8.3.2 – Aluguéis</b>
<b>8.3.3 – Outras</b>
<b>8.4) Remuneração de Capitais Próprios</b>
<b>8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio</b>
<b>8.4.2 – Dividendos</b>
<b>8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício</b>
<b>8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)</b>

Fonte: CPC 09 – Modelo 1 – Demonstração do Valor Adicionado – Empresas em Geral

Nesse trabalho apresentaremos apenas a parte sintética da distribuição do valor adicionado, que são: Pessoal; Impostos; Remuneração de Capital de terceiros e Remuneração de Capital Próprio.

De acordo com o CPC - 09 a segunda parte da DVA tem como principais componentes, conforme abaixo:

**a) Pessoal** – valores apropriados ao custo e ao resultado do exercício na forma de:

Remuneração direta - representada pelos valores relativos a salários, 13o salário, honorários da administração (inclusive os pagamentos baseados em ações), férias, comissões, horas extras, participação de empregados nos resultados, etc.

Benefícios - representados pelos valores relativos a assistência médica, alimentação, transporte, planos de aposentadoria etc.

FGTS – representado pelos valores depositados em conta vinculada dos empregados.

**b) Impostos, taxas e contribuições** - valores relativos ao imposto de renda, contribuição social sobre o lucro, contribuições aos INSS (incluídos aqui os valores do Seguro de Acidentes do Trabalho) que sejam ônus do empregador, bem como os demais impostos e contribuições a que a empresa esteja sujeita. Para os impostos compensáveis, tais como ICMS, IPI, PIS e COFINS, devem ser considerados apenas os valores devidos ou já recolhidos, e representam a diferença entre os impostos e contribuições incidentes sobre as receitas e os respectivos valores incidentes sobre os itens considerados como “insumos adquiridos de terceiros”.

Federais – inclui os tributos devidos à União, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Estados, Municípios, Autarquias etc., tais como: IRPJ, CSSL, IPI, CIDE, PIS, COFINS. Inclui também a contribuição sindical patronal.

Estaduais – inclui os tributos devidos aos Estados, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte aos Municípios, Autarquias etc., tais como o ICMS e o IPVA.

Municipais – inclui os tributos devidos aos Municípios, inclusive aqueles que são repassados no todo ou em parte às Autarquias, ou quaisquer outras entidades, tais como o ISS e o IPTU.

**c) Remuneração de capitais de terceiros** - valores pagos ou creditados aos financiadores externos de capital.

Juros - inclui as despesas financeiras, inclusive as variações cambiais passivas, relativas a quaisquer tipos de empréstimos e financiamentos junto a instituições financeiras, empresas do grupo ou outras formas de obtenção de recursos. Inclui os valores que tenham sido capitalizados no período.

Aluguéis - inclui os aluguéis (inclusive as despesas com arrendamento operacional) pagos ou creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos.

Outras - inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais, etc.

**d) Remuneração de capitais próprios** - valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas.

Juros sobre o capital próprio (JCP) e dividendos - inclui os valores pagos ou creditados aos sócios e acionistas por conta do resultado do período, ressalvando-se os valores dos JCP transferidos para conta de [reserva de lucros. Devem ser incluídos apenas os valores distribuídos com base no resultado do próprio exercício, desconsiderando-se os dividendos distribuídos com base em lucros acumulados de exercícios anteriores, uma vez que já foram tratados como “lucros retidos” no exercício em que foram gerados.

Lucros retidos e prejuízos do exercício - inclui os valores relativos ao lucro do exercício destinados às reservas, inclusive os JCP quando tiverem esse tratamento; nos casos de prejuízo, esse valor deve ser incluído com sinal negativo.

As quantias destinadas aos sócios e acionistas na forma de Juros sobre o Capital Próprio – JCP, independentemente de serem registradas como passivo (JCP a pagar) ou como reserva de lucros, devem ter o mesmo tratamento dado aos dividendos no que diz respeito ao exercício a que devem ser imputados pela entidade.

## **2.2 TELECOMUNICAÇÕES**

O Setor de Telecomunicações sempre esteve ligado a tecnologia, de forma que está se transformando o tempo todo. Na década de 50, a comunicação telefônica era estabelecida com o auxílio de um telefonista, onde consistia em um processo de conexão manual, nesta época havia em torno de mil companhias telefônicas e o Brasil possuía aproximadamente 70 milhões de brasileiros para 1 milhão de telefones instalados (Neves, 2002).

Nos anos 60, ocorreu uma grande mudança tecnológica, foi introduzido no país centrais eletromecânicas, onde os sinais eram transmitidos via pulsos elétricos, logo a seguir surgiu a utilização de tecnologia de micro-ondas, deixando de ser utilizado a interferência de um telefonista (Gordinho, 1997).

Em 1962 o setor teve sua primeira ação governamental por meio da Lei 4.117, de 27 de agosto de 1962, que instituiu o Código Brasileiro de Telecomunicações e disciplinava a prestação do serviço, por meio de autoridade federal, conhecido como Contel (Conselho Nacional de Telecomunicações). A Lei 4.117 definiu a política de telecomunicações, a sistemática tarifária e o plano para integrar as companhias num Sistema Nacional de Telecomunicações (SNT); autorizou a criação da Empresa Brasileira de Telecomunicações SA (Embratel), e instituiu o Fundo Nacional de Telecomunicações (FNT) (Gordinho, 1997).

Na década de 70, por meio da Lei 5.792, de 11 de julho de 1972, criou-se a denominada Telecomunicações Brasileiras SA (Telebrás), vinculada ao Ministério

das Comunicações, com atribuições de planejar, implantar e operar o SNT (Siqueira, 1997).

Nos anos 80, as modificações no cenário político ocasionaram na piora da situação econômico social do país, desacelerando assim o ritmo do desenvolvimento do setor. A partir desta década, surgiram os reajustes de tarifa inferiores à inflação, a implantação de subsídios cruzados nos produtos, entre outros.

No Brasil, na primeira metade da década de 90, o setor enfrentou dificuldades de se financiar, com o objetivo de fornecer e garantir serviços com maior qualidade à população, além de acesso universal aos serviços básicos, foi aprovada em 1997 a Lei 9.472, também chamada de Lei Geral de Telecomunicações (LGT), que rege sobre a organização dos serviços oferecidos, bem como a, fiscalização e regulação do setor, sendo de responsabilidade da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL, monitorar o cumprimento das medidas preventivas definidas pela LGT (Pires, 1999). Com a vigência da Lei, se criou um modelo que iria da privatização das empresas operadoras, a criação de condições para competição entre elas.

Além da criação da LGT, em 1997 foi publicado o primeiro documento em consulta pública do Plano Geral de Outorgas (PGO) que define os territórios de prestação de serviços, e também são definidos o Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU), Plano Geral de Metas de Qualidade (PGMQ) e regulamentos de criação de tarifas de uso geral de rede.

Por meio da Lei 9.472 realizou-se em 29 de Julho de 1998 a privatização das organizações com controle acionário estatal, empresas estas responsáveis anteriormente pelo fornecimento dos serviços de telecomunicações, assim abrindo o mercado para uma livre concorrência.

A partir desta lei houve a evolução do número de acessos instalados na telefonia fixa, que foi de 16,5 milhões em 1996 para 47,8 milhões em 2001; ou, ainda, a implantação efetiva da telefonia móvel, que atingiu 28,7 milhões de usuários em 2001 (Anatel, 2001).

Em 2005 houve o lançamento do serviço móvel com tecnologia de terceira geração (3G). Somente em 2013 houve o lançamento do serviço móvel com tecnologia de quarta geração (4G). O país continua atrasado na comparação

mundial, com baixa penetração do serviço e preço elevado ao consumidor. A dimensão geográfica do Brasil e o alto custo para investimentos desfavorecem a expansão do serviço.

Em 2015 foi efetuado a revisão dos contratos de concessão de telefonia fixa para renovação, o que ocorre a cada cinco anos.

A estratégia e as regras do setor que foram criadas para um mercado centrado em telefonia fixa, com a internet em seu desenvolvimento inicial no país e o serviço celular planejado para que cinco operadoras nacionais competissem, atualmente direcionaram-se para outro cenário. A telefonia fixa entrou em declínio, sufocada pela móvel, e com o aumento da velocidade da internet em banda larga o tráfego de dados cresceu significativamente, tornando-se prioridade para os consumidores, exigindo investimento em infraestrutura.

O setor entrou em um processo de encolhimento, onde em seu ponto de partida o país chegou a ter cerca de 1,2 mil empresas de telefonia antes da privatização do mesmo, hoje muitas empresas desapareceram, foram vendidas ou integradas por outras, chegando no cenário atual onde restam a Telefônica, que opera com a marca Vivo e comprou a GVT, a América Móvil, que colocou Embratel e Net sob a Claro, a TIM, que adquiriu a Intelig, espelho da Embratel na longa distância e AES Atimus, de fibras ópticas, a Oi, em processo de fusão com a Portugal Telecom, que dará origem à CorpCo; e Nextel, além das regionais Algar Telecom e Sercomtel.

### **3 METODOLOGIA**

Este artigo utiliza abordagem qualitativa e quantitativa, que de acordo com Diehl e Tatim (2004) são duas diferentes estratégias caracterizadas pela sua sistemática e pela forma de abordagem do problema que constitui o objeto de estudo.

O modelo de pesquisa classifica em descritivo exploratório, que permite maior familiaridade do problema, com objetivo de torná-lo mais explícito e demonstrar qual a melhor forma da análise da DVA nas empresas do ramo de telecomunicações.

Segundo GIL (2008) pesquisa descritiva consiste em:

“Descrever as características de determinadas populações ou fenômenos. Uma de suas peculiaridades está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.”

Já a pesquisa exploratória de acordo com Richardson (1999), busca conhecer as características de um fenômeno para procurar, posteriormente, explicações das suas causas e consequências.

Quantos aos meios de investigação foram usadas as formas de pesquisa documental e bibliográfica, centrada em estudiosos do assunto. Além dos relatórios e notas explicativas divulgados pelas empresas estudadas, periódicos específicos, leis e instruções normativas referentes aos relatórios da Demonstração do Valor Adicionado.

Será realizado o método de análise comparativa, por meio do confronto dos relatórios consolidados anuais, de 2013, 2014 e 2015 das demonstrações de valor adicionado das empresas de capital aberto do ramo de telecomunicações, que foram retirados BM&FBovespa, sendo elas CTBC TELECOM, JEREISSATI, LA FONTE TEL, OI, TELEBRAS, TELEFÓNICA e TIM, como critério para amostragem de nossa pesquisa analisamos a linha de valor adicionado de ambas, limitando o período de três anos, dessas, escolhemos as com maior distribuição juntamente a sua representatividade e atratividade de mercado, que foram a VIVO, OI e TIM.

Foi utilizado a DVA para comparar de diversas maneiras o setor de telecomunicações em grandeza e do ponto de vista da distribuição de sua riqueza, e com base nos modelos de análise financeira foram utilizados os métodos tradicionais por meio da elaboração e comparação por coeficientes. Essa metodologia pode indicar ocorrências do passado para dispor de uma diretriz para previsões de tendências para o futuro.

#### 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Elaboramos uma tabela com intuito de compilar os dados e melhor analisar os números comparando períodos das empresas escolhidas para a pesquisa em questão.

Abaixo temos a evolução das empresas analisadas nos últimos três anos com base na Demonstração do Valor Adicionado disponibilizado em suas demonstrações financeiras.

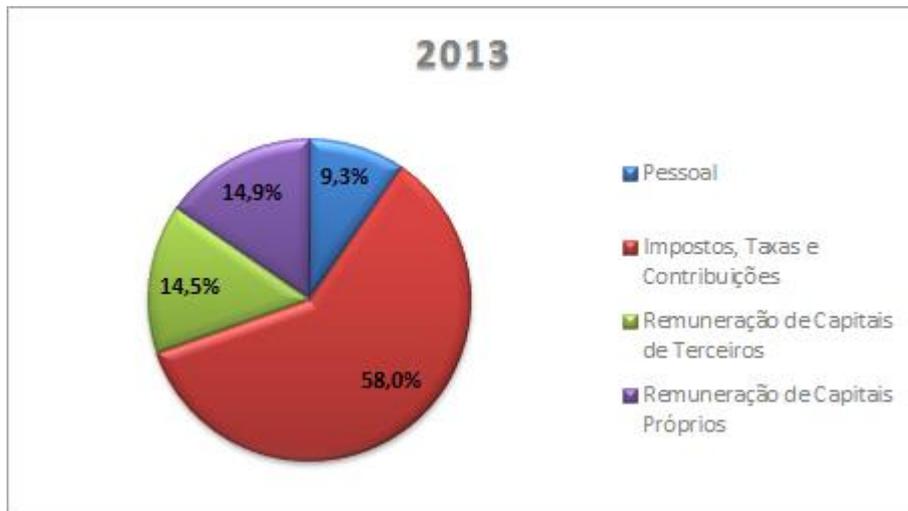
**Tabela 3** – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado da VIVO

DVA	VIVO					
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
<b>Receitas</b>	54.401,5 M		47.303,6 M		46.971,0 M	
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros</b>	-21.150,1 M		-18.818,2 M		-18.027,8 M	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	33.251,4 M		28.485,4 M		28.943,2 M	
<b>Retenções</b>	-6.815,0 M		-5.295,6 M		-5.643,3 M	
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido</b>	26.436,4 M		23.189,8 M		23.299,9 M	
<b>Vlr Adicionado Recebido em Transferência</b>	4.730,7 M		1.989,6 M		1.693,1 M	
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	31.167,1 M		25.179,5 M		24.993,0 M	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	31.167,1 M		25.179,5 M		24.993,0 M	
<b>Pessoal</b>	3.561,7 M	11,4%	2.855,2 M	11,3%	2.334,7 M	9,3%
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	16.375,0 M	52,5%	13.241,6 M	52,6%	14.496,2 M	58,0%
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	7.810,2 M	25,1%	4.145,9 M	16,5%	3.615,1 M	14,5%
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	3.420,2 M	11,0%	4.936,7 M	19,6%	3.715,9 M	14,9%

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisando isoladamente cada DVA, no caso da VIVO, de forma geral e resumida temos como principal linha, o valor em crescimento da distribuição da riqueza gerada. Na linha de pessoal temos constância nos dados apresentados, demonstrando consolidação na relação com os colaboradores da companhia, decréscimo nos impostos pagos, aumento significativo na remuneração do capital de terceiros e redução na remuneração do capital próprio.

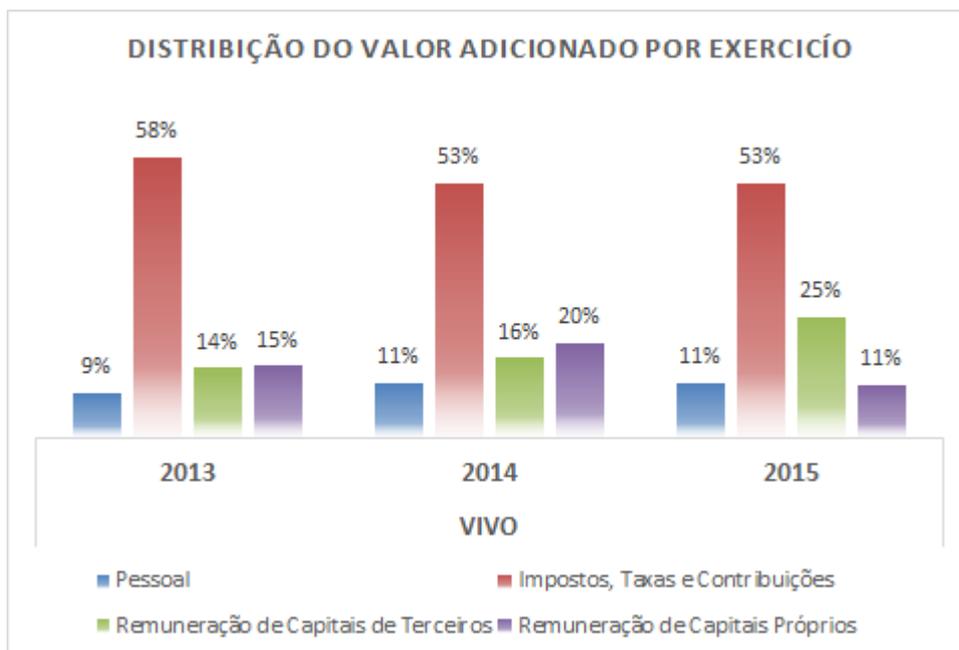
No gráfico abaixo veremos a demonstração do valor adicionado da VIVO do ano de 2013:

**Gráfico 1 – Demonstração do Valor Adicionado da VIVO – 2013**

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se que neste ano a maior parte da distribuição da riqueza da VIVO está concentrada na linha de impostos.

Em uma outra análise, criamos um gráfico que acompanha e compara a evolução do valor adicionado no decorrer dos três anos:

**Gráfico 2 – Distribuição do Valor Adicionado por Exercício - VIVO**

Fonte: elaborado pelos autores.

A VIVO é a empresa que mantém mais constante a geração e distribuição de sua riqueza, conforme o gráfico acima a maior distribuição é a linha de impostos, novamente se destacando na distribuição de riquezas da VIVO, mantendo-se na casa dos 55%.

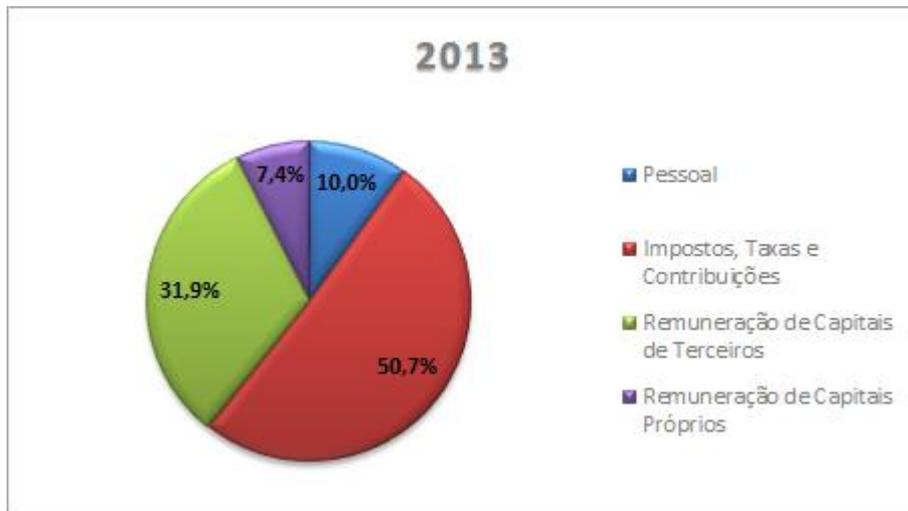
Nas demonstrações do valor adicionado da OI, temos o pior cenário, mesmo mantendo a sua receita por dois anos sem alteração, houve um declínio no último período, isso se reflete diretamente na criação de sua riqueza, assim como em sua distribuição, redução no quadro de funcionários apresentado na linha de Pessoal, redução no pagamento de impostos, esses vinculados diretamente em receitas e no lucro obtido, necessidade de aumento na captação de recursos gerando aumento de juros, demonstrados na linha da remuneração do capital de terceiros, e prejuízo para seus acionistas. Veja a tabela abaixo:

**Tabela 4 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado – OI**

DVA	OI S.A.					
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
Receitas	36.365,7 M		40.854,2 M		40.170,2 M	
Insumos Adquiridos de Terceiros	-13.177,4 M		-14.859,1 M		-15.958,7 M	
Valor Adicionado Bruto	23.188,4 M		25.995,1 M		24.211,4 M	
Retenções	-5.353,3 M		-10.449,3 M		-5.303,4 M	
Valor Adicionado Líquido Produzido	17.835,1 M		15.545,8 M		18.908,1 M	
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.882,7 M		1.338,9 M		1.357,5 M	
Valor Adicionado Total a Distribuir	22.717,7 M		16.884,8 M		20.265,5 M	
Distribuição do Valor Adicionado	22.717,7 M		16.884,8 M		20.265,5 M	
Pessoal	2.442,6 M	10,8%	2.539,8 M	15,0%	2.025,4 M	10,0%
Impostos, Taxas e Contribuições	8.671,5 M	38,2%	9.914,3 M	58,7%	10.283,3 M	50,7%
Remuneração de Capitais de Terceiros	16.951,3 M	74,6%	8.836,9 M	52,3%	6.463,8 M	31,9%
Remuneração de Capitais Próprios	-5.347,6 M	-23,5%	-4.406,4 M	-26,1%	1.493,0 M	7,4%

Fonte: elaborado pelos autores.

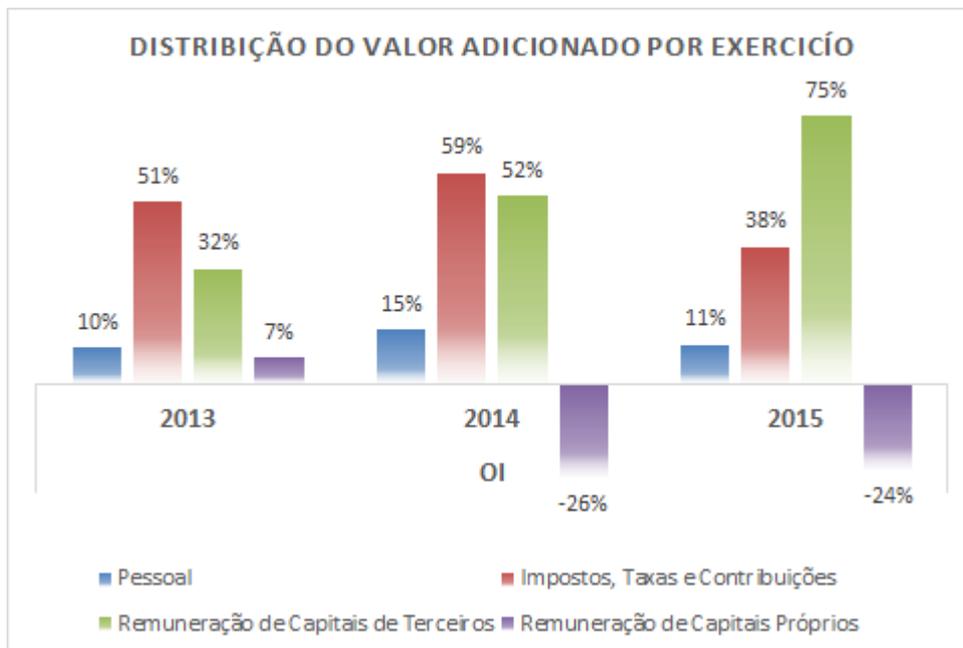
Utilizamos um gráfico para demonstrar a geração da riqueza do ano de 2013, onde a companhia fechou o período sem apresentar prejuízo:

**Gráfico 3 – Demonstração do Valor Adicionado da OI – 2013**

Fonte: elaborado pelos autores.

Nota-se que assim como apresentado nas demonstrações da VIVO, a OI, também tem a maior parte do seu valor adicionado, distribuído para o governo.

Com intuito de analisar o decréscimo ou acréscimo das demonstrações da OI elaboramos o gráfico abaixo:

**Gráfico 4 – Distribuição do Valor Adicionado por Exercício - OI**

Fonte: elaborado pelos autores.

A OI, como apresentado no decorrer do trabalho, e no gráfico acima, é a única empresa que obtém no decorrer dos anos, alteração eloquente na linha de impostos e na Remuneração de capitais de terceiros além da nula distribuição para os acionistas nos anos de 2014 e 2015.

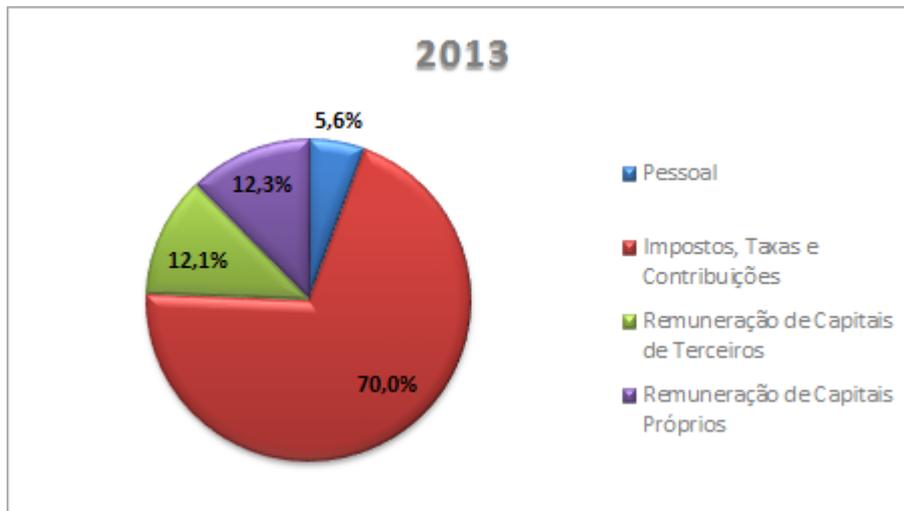
Na TIM verificamos menor fatia de mercado seguido de quedas expressivas nas vendas com base na linha de receitas, maior pagadora de impostos das empresas do setor, leve aumento no comparativo dos períodos na linha de pessoal e na remuneração dos capitais de terceiros, conforme veremos na tabela abaixo:

**Tabela 5 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado – TIM**

DVA	TIM PARTICIPAÇÕES					
	31/12/2015		31/12/2014		31/12/2013	
Receitas	23.156,5 M		25.973,0 M		26.225,9 M	
Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.526,2 M		-10.906,9 M		-11.894,2 M	
Valor Adicionado Bruto	15.630,4 M		15.066,2 M		14.331,7 M	
Retenções	-3.362,0 M		-3.052,6 M		-2.767,9 M	
Valor Adicionado Líquido Produzido	12.268,4 M		12.013,6 M		11.563,8 M	
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.996,8 M		1.003,4 M		686,2 M	
Valor Adicionado Total a Distribuir	14.265,1 M		13.017,0 M		12.250,0 M	
Distribuição do Valor Adicionado	14.265,1 M		13.017,0 M		12.250,0 M	
Pessoal	850,4 M	6,0%	782,6 M	6,0%	686,1 M	5,6%
Impostos, Taxas e Contribuições	8.441,1 M	59,2%	8.843,9 M	67,9%	8.575,4 M	70,0%
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.902,5 M	20,3%	1.844,1 M	14,2%	1.482,9 M	12,1%
Remuneração de Capitais Próprios	2.071,1 M	14,5%	1.546,4 M	11,9%	1.505,6 M	12,3%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Utilizamos um gráfico para demonstrar o valor adicionado do ano de 2013, destacando a fatia dos impostos:

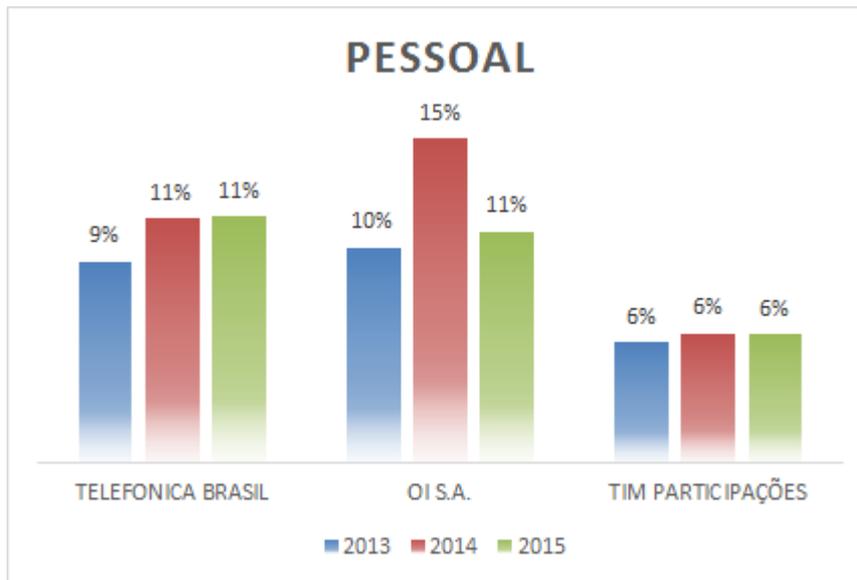
**Gráfico 5 – Demonstração do Valor Adicionado da TIM – 2013**

Fonte: elaborado pelos autores.

Veja que o valor distribuído na fatia dos impostos é expressivo, e em comparação com a VIVO e Oi.

No ano de 2013 a empresa TIM obteve o maior percentual em relação às outras companhias na fatia de impostos. Dentre os impostos alocados a essa fatia o que apresenta maior representatividade são os impostos de esfera estadual, destacamos aqui o Imposto sobre circulação de Mercadorias e Serviços de transporte interestadual, intermunicipal e de comunicação (ICMS). De acordo com as notas explicativas disponibilizadas nas demonstrações financeiras esse percentual é devido por diversas ocorrências, como suposta ausência de recolhimento do imposto em prestações de serviços em diversos estados, lançamentos em duplicidade, ausência de documentos fiscais comprobatórios do direito ao crédito de ICMS, suposta não inclusão na base de cálculo do ICMS de descontos condicionais oferecidos a clientes, dentre outras. Cerca de 62% da fatia dos impostos são direcionadas para o estado.

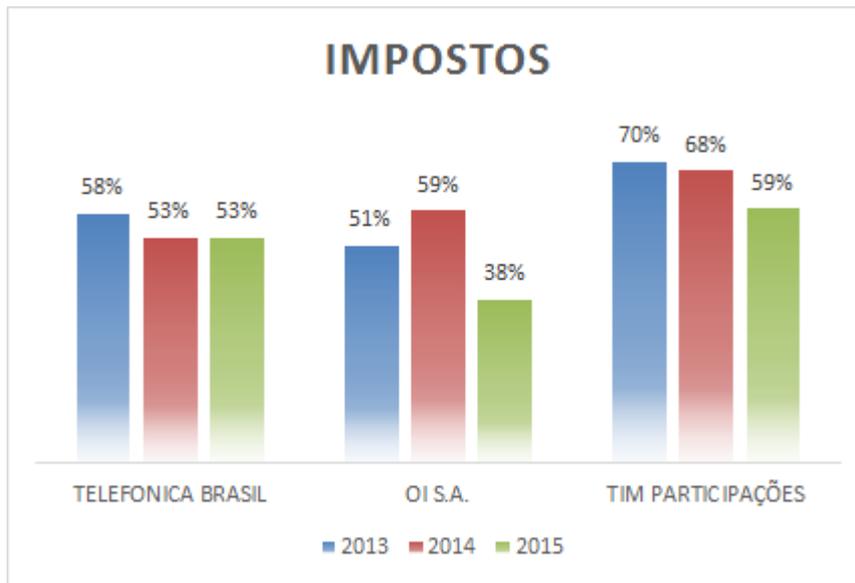


**Gráfico 7 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Pessoal**

Fonte: elaborado pelos autores.

A OI e a VIVO, são as empresas que melhor distribuem a sua riqueza para os seus funcionários, a TIM segue o padrão de distribuição de 6% nos três anos analisados. Essa informação é de grande relevância e pode auxiliar na solução de desentendimentos gerados entre por exemplo, sindicatos ou representantes dos funcionários e seus empregadores, através da DVA é possível demonstrar quanto e qual é a parcela que a empresa está distribuindo.

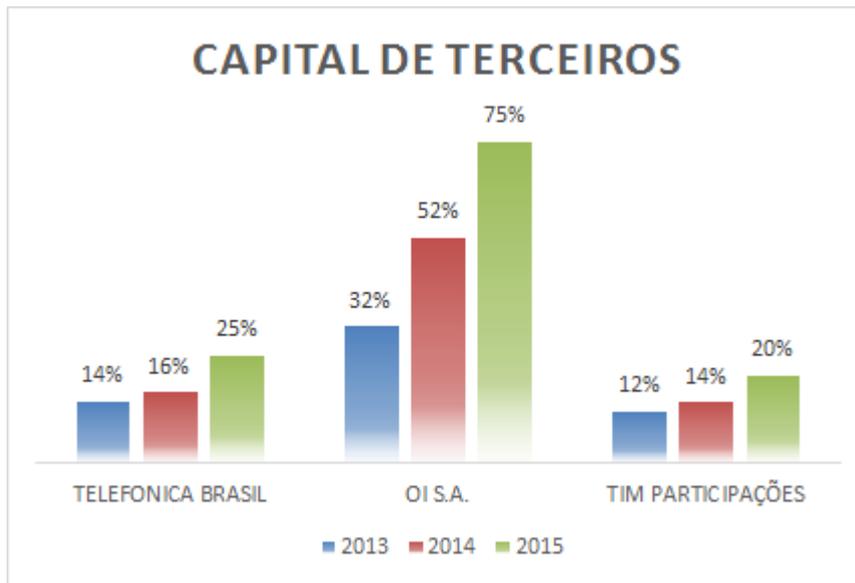
A carga tributária do nosso país como sabemos é muito alta, isso não se altera quando falamos das empresas de telecomunicações, a DVA é uma ferramenta que pode ser utilizada para demonstrar claramente para todos os usuários quanto está sendo pago de tributos.

**Gráfico 8 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Impostos**

Fonte: elaborado pelos autores.

Dentre as três empresas analisadas no gráfico acima, é possível notar de forma clara e consistente, com base nas informações da linha de impostos da DVA, qual é a empresa que mais endereça ao governo a riqueza gerada, que é a empresa TIM.

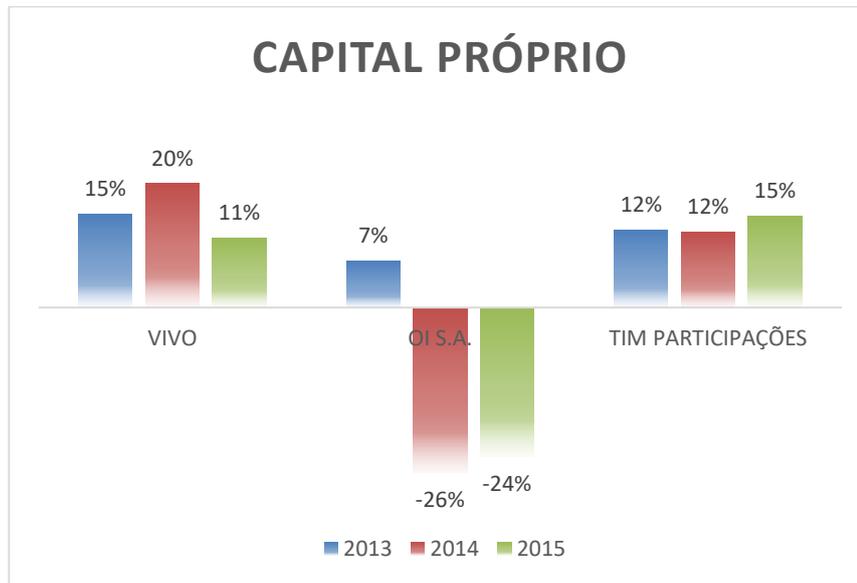
Quando falamos em capital na DVA, é feito uma divisão entre o capital próprio e o de terceiros, por meio dessa separação temos uma notória e esclarecedora visão de quanto cada empresa pode ou não estar endividada, analisando a linha de bancos ou de aluguel por exemplo, quanto menor a distribuição da geração da riqueza nessa linha melhor para a saúde financeira da companhia.

**Gráfico 9 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Capital de Terceiros**

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisando o gráfico acima podemos notar que ambas as companhias tiveram aumento na remuneração do capital de terceiros, novamente podemos notar que a OI vive o seu pior momento, por conta da utilização de financiamentos.

Utilizamos o período de três anos para comparar o decréscimo ou acréscimo de valor adicionado de cada companhia, observando que nem sempre o aumento de valor adicionado para companhia pode significar aumento de riqueza para os acionistas. Observe o gráfico abaixo:

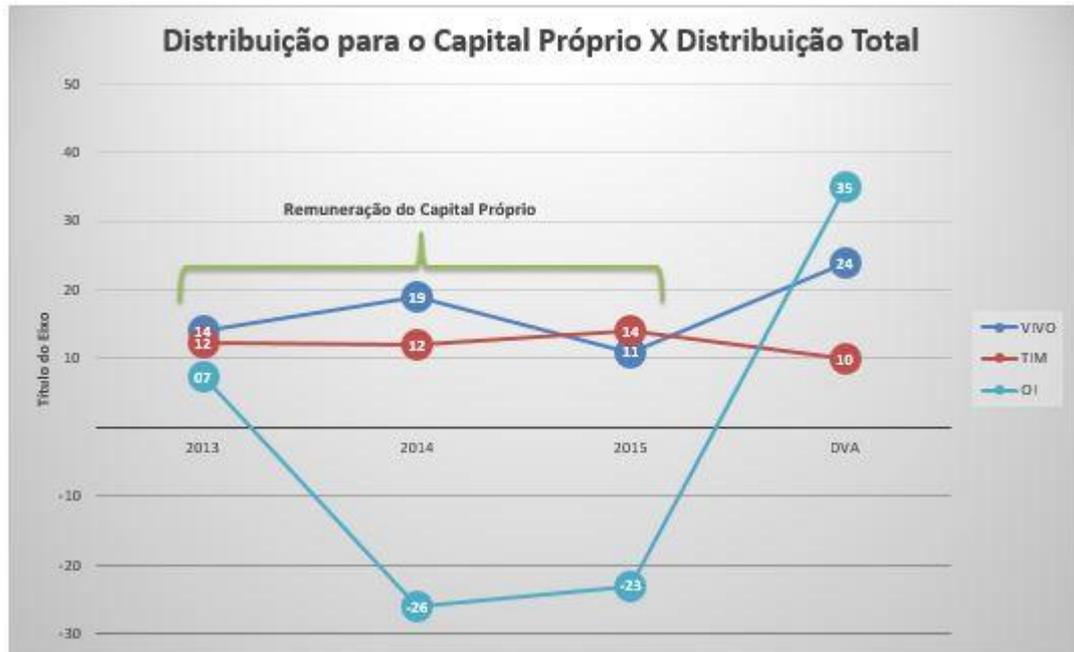
**Gráfico 10 – Comparativo da Distribuição do Valor Adicionado para Capital Próprio**

Fonte: elaborado pelos autores.

Na última linha da DVA, obtemos os valores relativos a remuneração aos sócios e acionistas, é o resultado que demonstra para o investidor, por exemplo, se a aplicação de seus recursos na determinada empresa é válida ou não. Conforme demonstrado no gráfico, a OI obteve prejuízo em dois dos períodos analisados.

Em um outro ponto de vista, a VIVO, manteve a geração de sua riqueza do ano de 2013 para 2014 e aumentou em 24% no ano de 2015. A TIM é a empresa com melhor estabilidade do período analisado, segue em crescimento de valor adicionado nos últimos dois anos. A OI diante de um cenário pouco favorável esteve em queda no ano de 2014 se recuperando em 2015.

Seguindo essas informações, e tendo em vista apenas o valor adicionado para as companhias, temos uma análise que pode não ser a ideal no ponto de vista do investidor por exemplo, apesar da OI ser a empresa que teve o maior índice de crescimento de 2014 para 2015, devemos nos atentar na composição desse valor adicionado, pois a maior parte da distribuição da riqueza foi direcionada ao capital de terceiros, ressaltando ainda que não houve distribuição para a remuneração do capital próprio, conforme gráfico abaixo:

**Gráfico 11 – Distribuição para o Capital Próprio X Distribuição Total - VIVO, OI E TIM**

Fonte: elaborado pelos autores.

Abaixo elaboramos uma tabela que compara os anos das empresas escolhidas:

**Tabela 6 – Comparativo da Demonstração do Valor Adicionado – Telefônica, OI e TIM**

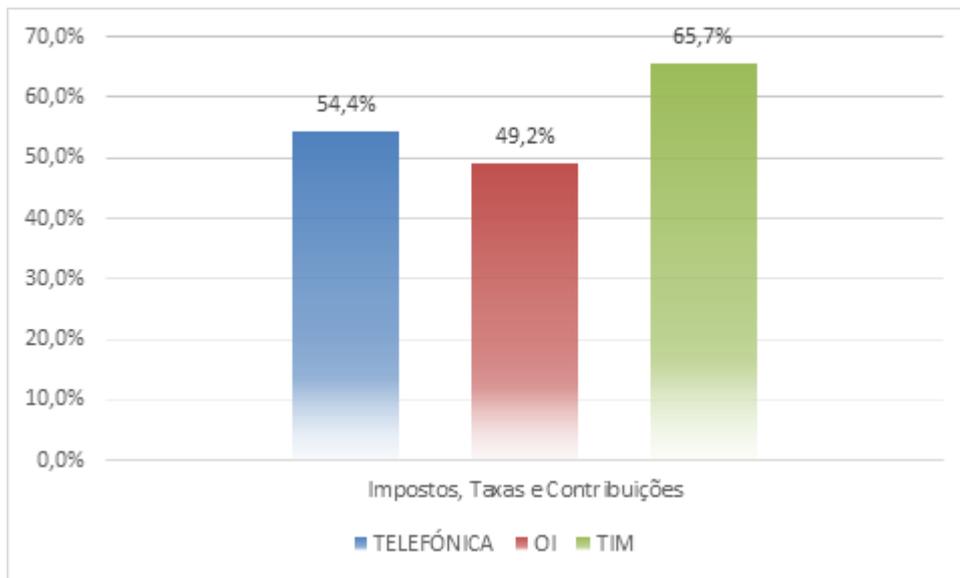
DVA	Telefonica Brasil		OI S.A.		TIM Participações	
	31/12/2015		31/12/2015		31/12/2015	
Receitas	54.401,5 M		36.365,7 M		23.156,5 M	
Insumos Adquiridos de Terceiros	-21.150,1 M		-13.177,4 M		-7.526,2 M	
Valor Adicionado Bruto	33.251,4 M		23.188,4 M		15.630,4 M	
Retenções	-6.815,0 M		-5.353,3 M		-3.362,0 M	
Valor Adicionado Líquido Produzido	26.436,4 M		17.835,1 M		12.268,4 M	
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.730,7 M		4.882,7 M		1.996,8 M	
Valor Adicionado Total a Distribuir	31.167,1 M		22.717,7 M		14.265,1 M	
Distribuição do Valor Adicionado	31.167,1 M		22.717,7 M		14.265,1 M	
Pessoal	3.561,7 M	11%	2.442,6 M	11%	850,4 M	6%
Impostos, Taxas e Contribuições	16.375,0 M	53%	8.671,5 M	38%	8.441,1 M	59%
Remuneração de Capitais de Terceiros	7.810,2 M	25%	16.951,3 M	75%	2.902,5 M	20%
Remuneração de Capitais Próprios	3.420,2 M	11%	-5.347,6 M	-24%	2.071,1 M	15%

Fonte: elaborado pelos autores.

Com exceção da OI, tanto a VIVO quando a TIM tem o maior percentual da distribuição na linha de impostos.

Conforme identificamos na análise, e para nos orientar de uma maneira uniforme, apuramos a média da linha que maior foi distribuída nos setores. Abaixo temos a média dos três anos, da distribuição para a linha de impostos das três empresas avaliadas:

**Gráfico 12 – Comparativo da Média de Distribuição para Impostos**



Fonte: elaborado pelos autores.

Como já mencionado, a TIM é a empresa que tem a maior parte de sua riqueza direcionada ao governo.

## 5 CONCLUSÃO

O principal objetivo desta pesquisa foi identificar como é realizada a distribuição da riqueza gerada pelas empresas do setor de telecomunicações no Brasil por meio da Demonstração do Valor Adicionado.

Os resultados da pesquisa demonstram que as empresas em nosso país têm como maior parcela distribuída a parte que corresponde ao governo, ou seja, os impostos que são pagos no decorrer da operação ao longo dos períodos.

A utilização da DVA pelas empresas apresenta diversos pontos positivos, pois permite o desenvolvimento de um efetivo sistema de avaliação de unidades e gestores, utiliza de uma linguagem acessível a todos os seus usuários, reflete a eficiência e a lucratividade das operações, como também a evolução econômica em

seu conjunto, fornece dados para a tomada de decisões e para o controle de desempenho, permite conhecer a contribuição da empresa para a renda nacional e para seu ambiente social ou econômico e apresenta uma dupla realidade empresarial: a econômica e a social.

Na amostragem foram analisados três períodos, 2013 a 2015, com exceção do exercício de 2015 da companhia OI, podemos concluir que a parcela com maior distribuição é destinada ao governo, chegando em média 55% da riqueza total gerada. A diferença apresentada no ano de 2015 na companhia OI é decorrente do fato de que a mesma está enfrentando um difícil momento financeiro, repleta de inadimplência pode até gerar insolvência para a mesma, tornando o cenário cada vez mais crítico e desfavorável, o que a afeta diretamente nas linhas de impostos e remuneração do capital de terceiros. Neste período pudemos verificar que apenas 38% foi distribuído ao governo, em contrapartida, a maior parcela de distribuição foi gerada para capital de terceiros totalizando 75%, deixando de gerar distribuição de riqueza para os sócios.

Por meio da DVA pode-se perceber como a riqueza criada pelas empresas de telecomunicações foi repartida. Assim, constatou-se que a parcela da sociedade para qual o setor de telecomunicações distribui a maior parte de sua riqueza é ao governo.

Ao realizar comparativos das DVAs das empresas identificamos que em média a maior parte distribuída foi para o governo (impostos), distribuindo 55%, para capital de terceiros foi distribuído 34%, para pessoal 10%, e por último, capital próprio (sócios) apenas 1 %, mas isso por conta da OI, que teve prejuízo, se desconsiderarmos o saldo negativo da distribuição para o capital próprio da OI, teríamos um percentual de 14% de distribuição para os sócios.

## **6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. **Relatório anual 2001**. Brasília: 2001.

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade Intermediária**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BRASIL. Lei n. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei no 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 28 dez. 2007.

BOVESPA. **Relatório de administração Telefónica**. 2015. Disponível em: < bmfbovespa.com.br> Acesso em: 10.Outubro.2015

BOVESPA. **Relatório de administração TIM**. 2015. Disponível em: < bmfbovespa.com.br> Acesso em: 10.Outubro.2015

BOVESPA. **Relatório de administração Oi**. 2015. Disponível em: < bmfbovespa.com.br> Acesso em: 10.Outubro.2015

BURCHELL, S., Clubb, C.; & HOPWOOD, A. G.. **Accounting in its social context: towards a history of value added in the United Kingdom: Accounting, Organizations and Society**, 1985.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. **CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado**. [S.l.: s.n.], 2008.

DIEHL, A.A.; TATIM, D.C. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, Ernesto Lima. **Balço social: instrumental de avaliação de desempenho e correção do planejamento social na vida da empresa. Balço social da empresa na América Latina**. São Paulo: Pioneira, 1980.

GORDINHO, Margarida Cintra. **Telecomunicações: Memória**. São Paulo: Marca d'Água, 1997.

MARTINS, Eliseu. et al. **Manual de Contabilidade Societária: aplicável a todas as sociedades de acordo com as normas internacionais e do CPC**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Empresarial**. 16. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MARTINS, Eliseu; MIRANDA, Gilberto José; DINIZ, Josedilton Alves. **Análise Didática das Demonstrações Contábeis**. São Paulo: Atlas, 2014.

BANCO NACIONAL DO DESENVOLVIMENTO. **BNDES 50 Anos - Histórias Setoriais: O Setor de Telecomunicações**. 2002.

PIRES, José Claudio Linhares. **Políticas Regulatórias no Setor de Telecomunicações: A Experiência Internacional e o Caso Brasileiro**. BNDES, 1999.

RESOLUÇÃO CFC N.º 1.162-09 - CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **NBC TG 09 – Demonstração do Valor adicionado**. . [S.l.: s.n.], 2008.

RICHARDSON, R. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Ariovaldo dos. **Demonstração do Valor Adicionado: como o elaborar e analisar a DVA**. São Paulo: Atlas, 2003.

SIQUEIRA, Ethevaldo. **Três Momentos da História das Telecomunicações no Brasil**. São Paul: Dezembro Editorial, 1997.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco Social e a Contabilidade no Brasil**. Caderno de Estudos nº 9 –São Paulo –FIEPECAFI, Outubro /1993.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Anexo A - Demonstração do Valor Adicionado - VIVO

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	54.401,50	47.303,60	46.971,00
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	54.450,70	47.504,70	47.095,80
Outras Receitas	1.181,50	695,30	616,40
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-	-	-
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	- 1.230,70	- 896,30	- 741,30
Insumos Adquiridos de Terceiros	- 21.150,10	- 18.818,20	- 18.027,80
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	- 11.922,30	- 10.685,90	- 10.714,00
Materiais, Energia, Sens. de Terceiros e Outros	- 9.218,90	- 8.125,90	- 7.433,70
Perda/Recuperação de Valores Ativos	- 8,90	- 6,50	120,00
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	33.251,40	28.485,40	28.943,20
Retenções	- 6.815,00	- 5.295,60	- 5.643,30
Depreciação, Amortização e Exaustão	- 6.815,00	- 5.295,60	- 5.643,30
Outras	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido	26.436,40	23.189,80	23.299,90
Vlr Adicionado Recebido em Transferência	4.730,70	1.989,60	1.693,10
Resultado de Equivalência Patrimonial	2,00	6,90	- 55,20
Receitas Financeiras	4.728,70	1.982,70	1.748,30
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	31.167,10	25.179,50	24.993,00
Distribuição do Valor Adicionado	31.167,10	25.179,50	24.993,00
Pessoal	3.561,70	2.855,20	2.334,70
Remuneração Direta	2.498,00	2.055,20	1.498,10
Benefícios	889,70	664,70	698,90
F.G.T.S.	173,90	135,30	137,70
Outros	-	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	16.375,00	13.241,60	14.496,20
Federais	5.356,20	3.580,00	4.849,30
Estaduais	10.818,50	9.496,50	9.519,30
Municipais	200,30	165,20	127,60
Remuneração de Capitais de Terceiros	7.810,20	4.145,90	3.615,10
Juros	5.496,10	2.340,10	1.934,40
Aluguéis	2.314,20	1.805,80	1.680,70
Outros	-	-	-
Remuneração de Capitais Próprios	3.420,20	4.936,70	3.715,90
Juros sobre o Capital Próprio	1.745,90	2.092,00	1.738,00
Dividendos	270,00	-	746,00
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.404,30	2.844,70	1.231,90
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-
Outros	-	-	831,10
Critério de Consolidação	Consolidada	Consolidada	Consolidada
Critério de Elaboração	IFRS	IFRS	IFRS

**Anexo B - Demonstração do Valor Adicionado - OI**

<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>	<b>31/12/2015</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Receitas	36.365,70	40.854,20	40.170,20
Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	35.502,40	37.154,00	37.960,80
Outras Receitas	1.584,50	4.349,70	3.059,20
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-	-	-
Provisão/Reversão de Crédts. Liquidação Duvidosa	- 721,20	- 649,50	- 849,80
Insumos Adquiridos de Terceiros	- 13.177,40	- 14.859,10	- 15.958,70
Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	- 2.132,30	- 3.524,40	- 4.551,30
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	- 10.195,60	- 10.401,40	- 10.375,80
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-	-
Outros	- 849,50	- 933,30	- 1.031,70
Valor Adicionado Bruto	23.188,40	25.995,10	24.211,40
Retenções	- 5.353,30	- 10.449,30	- 5.303,40
Depreciação, Amortização e Exaustão	- 5.091,70	- 4.535,40	- 4.278,50
Outras	- 261,60	- 5.913,90	- 1.024,90
Valor Adicionado Líquido Produzido	17.835,10	15.545,80	18.908,10
Vir Adicionado Recebido em Transferência	4.882,70	1.338,90	1.357,50
Resultado de Equivalência Patrimonial	- 21,90	- 5,90	- 17,80
Receitas Financeiras	4.904,60	1.344,80	1.375,20
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	22.717,70	16.884,60	20.265,50
Distribuição do Valor Adicionado	22.717,70	16.884,60	20.265,50
Pessoal	2.442,60	2.539,80	2.025,40
Remuneração Direta	1.795,30	1.890,80	1.401,50
Benefícios	455,60	435,70	405,00
F.G.T.S.	131,50	135,90	150,30
Outros	60,20	77,50	68,70
Impostos, Taxas e Contribuições	8.671,50	9.914,30	10.283,30
Federais	2.032,90	2.677,60	2.242,30
Estaduais	6.438,00	7.083,50	7.951,70
Municipais	200,60	153,30	89,40
Remuneração de Capitais de Terceiros	16.951,30	8.836,90	6.463,80
Juros	13.351,50	5.717,40	4.397,10
Aluguéis	3.599,80	3.119,50	2.066,70
Outras	-	-	-
Remuneração de Capitais Próprios	- 5.347,60	- 4.406,40	1.493,00
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos	-	-	-
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	- 4.934,90	- 4.407,70	1.493,00
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	- 412,70	1,30	-
Critério de Consolidação	Consolidada	Consolidada	Consolidada
Critério de Elaboração	IFRS	IFRS	IFRS

## Anexo C - Demonstração do Valor Adicionado - TIM

Demonstração do Valor Adicionado	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Receitas	23.156,50	25.973,00	26.225,90
Vendas de mercadorias, Produtos e Serviços	23.386,90	26.221,60	26.466,00
Outras Receitas	-	-	-
Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	-	-	-
Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	- 230,40	- 248,60	- 240,10
Insumos Adquiridos de Terceiros	- 7.526,20	- 10.906,90	- 11.894,20
Custos Prods., mcs. e Servs. Vendidos	- 5.167,30	- 7.232,40	- 8.280,50
Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	- 2.358,90	- 3.674,50	- 3.613,80
Perda/Recuperação de Valores Ativos	-	-	-
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Bruto	15.630,40	15.066,20	14.331,70
Retenções	- 3.362,00	- 3.052,60	- 2.767,90
Depreciação, Amortização e Exaustão	- 3.362,00	- 3.052,60	- 2.767,90
Outras	-	-	-
Valor Adicionado Líquido Produzido	12.268,40	12.013,60	11.563,80
Vir Adicionado Recebido em Transferência	1.996,80	1.003,40	686,20
Resultado de Equivalência Patrimonial	-	-	-
Receitas Financeiras	1.996,80	1.003,40	686,20
Outros	-	-	-
Valor Adicionado Total a Distribuir	14.265,10	13.017,00	12.250,00
Distribuição do Valor Adicionado	14.265,10	13.017,00	12.250,00
Pessoal	850,40	782,60	686,10
Remuneração Direta	595,10	562,10	492,80
Benefícios	181,00	154,60	136,10
F.G.T.S.	57,30	52,60	46,00
Outros	16,90	13,30	11,20
Impostos, Taxas e Contribuições	8.441,10	8.843,90	8.575,40
Federais	3.205,20	3.310,80	3.236,50
Estaduais	5.219,20	5.519,20	5.326,20
Municipais	16,70	13,90	12,60
Remuneração de Capitais de Terceiros	2.902,50	1.844,10	1.482,90
Juros	2.257,70	1.289,10	983,70
Aluguéis	644,80	555,00	499,20
Outras	-	-	-
Remuneração de Capitais Próprios	2.071,10	1.546,40	1.505,60
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-
Dividendos	468,60	367,30	357,60
Lucros Retidos / Prejuízo do Período	1.602,50	1.179,10	1.148,00
Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-	-	-
Critério de Consolidação	Consolidada	Consolidada	Consolidada
Critério de Elaboração	IFRS	IFRS	IFRS